

II REUNIÃO PREPARATÓRIA DA XIV CÚPULA JUDICIAL IBERO-AMERICANA

RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO
Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Em nome do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, bem como na qualidade de representante da Secretaria *Pro Tempore* da Cúpula Judicial Ibero-Americana, saúdo os ilustres participantes desta reunião preparatória. Meu desejo é que, durante o encontro, desfrutemos não só momentos de profícuo trabalho, mas também de comunhão de sentimentos e idéias, haja vista os profundos laços culturais que unem os países ibéricos aos latino-americanos.

Ao cumprimentá-los, manifesto aos irmãos peruanos o pesar e a solidariedade do Brasil em face das catástrofes que atingiram, nos últimos dias, a cidade de Pisco e as cercanias de Carancas. Embora seja esta uma hora de dor, estou certo de que, mais uma vez, a brava gente peruana romperá as dificuldades e erguerá o troféu da vitória – com uma mão, enxugando as lágrimas; com a outra, empunhando as ferramentas da reconstrução. Sim, porque pulsa em sua alma a bravura indômita do sangue inca.

Senhoras e Senhores, ao instalarmos a II Reunião Preparatória da XIV Cúpula Judicial, lembro palavras do jurista brasileiro Rui Barbosa que definem a Justiça do futuro: “De nada aproveitam leis, bem se sabe, não existindo quem as ampare contra os abusos; e o amparo sobre todos essencial é o de uma justiça tão alta no seu poder quanto na sua missão.”

Assim também pensamos nós, magistrados dos países-membros da Cúpula Judicial, porque, através de nossa experiência cotidiana, internalizamos esta verdade incontestável: cabe ao Poder Judiciário, como agente da justiça e guardião da democracia, imensa responsabilidade no processo de promoção e manutenção da paz social e dos direitos dos cidadãos, fatores sem os quais não se concebe o Estado democrático de direito.

Em tempos de globalização, não poderia ser outra a visão norteadora da Cúpula, cujo objetivo geral propõe a adoção de projetos e ações em parceria, com foco no fortalecimento das instituições judiciais e, conseqüentemente, na consolidação da democracia no âmbito da Comunidade Ibero-Americana de Nações.

Sem dúvida, ganha espaço, cada vez mais, neste início de século, a cooperação jurídica bilateral e multilateral, tendo em vista o grande avanço do crime organizado, das injustiças sociais, da degradação ambiental, delitos, entre outros, que são chagas globais, verdadeiras fortalezas supranacionais que proliferam nas sociedades de nossos dias. O mundo parece trafegar na contramão dos direitos e garantias insculpidos nas constituições dos povos.

Na luta contra esses males, precisamos priorizar a vontade política, a que se soma engajamento consciente e incisivo. Tal postura implica determinação para emitir propostas inteligentes, exeqüíveis, dotadas de conteúdo ético, humano, capaz de sobrepor-se aos interesses unilaterais; entretanto, sem perdermos de vista as diferenças e a soberania nacional de cada Estado.

É evidente que expressivos passos já foram dados, mas longa ainda é nossa jornada rumo à Justiça do futuro, adequada às conturbadas sociedades do século XXI.

Daí a importância desta reunião, que, de um lado, propiciará o estreitamento dos laços e o aprofundamento das relações entre os sistemas judiciais aqui representados; de outro, traçará as diretrizes finais da XIV Cúpula Judicial Ibero-Americana, a realizar-se em março de 2008, no Brasil. Tudo com o fim de concretizar o eixo temático do magno evento: *Modernização, segurança jurídica, acesso e inclusão social: a Justiça preparando-se para o futuro.*

Nesse intuito, mediante diálogo consensual, analisaremos, nestes dias, as conclusões das áreas de trabalho que se reuniram em Santa Cruz de la Sierra e em Cartagena das Índias, ponto fundamental para a consecução das propostas lançadas na preparatória de Isla Margarita. Refiro-me à Comissão Conjunta CJI – Rede Européia de Presidentes de Tribunais Supremos e de Conselhos; Acesso à Justiça de Setores Desfavorecidos; Segurança Jurídica; Plano Ibero-Americano de Estatística Judicial; Oralidade; Universidade Ibero-Americana; e Estatuto do Coordenador Nacional.

Como vemos, muito trabalho nos espera. Além disso, aqui começarão a ser implementadas as ações do grupo destinado a coordenar a II Exposição de Justiça e Tecnologia, iniciativa que ocorrerá paralelamente à Assembléia Plenária da Cúpula, no Brasil, em 2008. A finalidade da exposição é apresentar as principais ferramentas, aplicativos e dispositivos que provêm as tecnologias de informação e comunicação adequadas à administração da Justiça.

Ressalto que o Brasil sente-se sumamente honrado em sediar a 14ª edição da Cúpula Judicial Ibero-Americana, a realizar-se,

como disse, no Brasil, em março de 2008. Esperamos atender as expectativas e cooperar, maciçamente, para o êxito do evento. Sobretudo, estamos de corações abertos para receber os representantes e demais membros da nossa Comunidade.

Registro os agradecimentos da Secretaria *Pro Tempore* ao Senhor Presidente da Suprema Corte de Justiça peruana por nos acolher com tanta fidalguia e cordialidade.

Permitam-me encerrar estas palavras com uma metáfora: acredito que a cúpula Judicial está plantando sementes de árvores seculares, firmando colunas indestrutíveis em prol dos povos ibero-americanos, principalmente dos cidadãos que compõem a base da pirâmide social, os excluídos, aqueles que, independentemente da etnia, sexo, credo ou *status* socioeconômico, são merecedores da justiça que preconizamos – transparente, ágil, eficaz e acessível. Enfim, a justiça do futuro.

Muito obrigado a todos. *

Palavras proferidas na abertura do evento, 26.9.2007, em Cuzco, Peru.